

DISTRITO DE LEIRIA RECEBE A CHAMA NA SEMANA ANTERIOR

XIX Festa da Solidariedade é no dia 9 de outubro em Aveiro



LURDES POMBO, PRESIDENTE DA APPACDM DE CASTELO BRANCO, EX-DIRIGENTE DA CNIS



Uma mulher todo-o-terreno

PARLAMENTO

**CNIS defende articulação coesa
entre Segurança Social e Saúde**



A CNIS esteve na Comissão de Saúde, na Assembleia da República, a propósito do agravamento dos internamentos sociais, na qual Maria João Quintela, da Direção da CNIS, defendeu “uma ligação coesa entre a Segurança Social, a Saúde e também a Justiça”.



PORTO

**Conferência internacional reuniu
300 pessoas da área da deficiência**

A conferência internacional «Liderar a mudança nos serviços para pessoas com deficiência: reforçar a capacidade de apoio centrado na pessoa), organizada pela EASPD e a Humanitas, reuniu cerca de 300 pessoas, oriundas de 31 países.

LEIRIA

**Direção reuniu com as Uniões
Distritais e IPSS da região centro**



O Seminário Diocesano de Leiria acolheu o encontro entre a Direção da CNIS e as Uniões Distritais e IPSS da Zona Centro e no qual o padre Lino Maia começou por deixar um alerta: a empresarialização e os gastos com a Defesa são as grandes ameaças ao Sector Social”

PADRE LINO MAIA EM DECLARAÇÕES À RR

Prestação Social Única gera preocupação na CNIS

Opinião

Paulo Pedroso

Sociólogo, Ex-ministro do Trabalho e Solidariedade



Da inserção à fiscalização dos pobres

O Governo apresentou à Assembleia da República uma proposta de alteração legislativa que cria a Prestação Social Única, substituindo diversas prestações em vigor dirigidas à proteção em situação de falta ou insuficiência de recursos económicos, ou seja, em situação de pobreza.

A simplificação do acesso aos apoios sociais é, em si mesma, um objetivo legítimo e necessário. Sabe-se há muito que uma das razões pelas quais muitas pessoas em situação de pobreza não acedem a prestações a que têm direito reside precisamente na complexidade burocrática do sistema. A fragmentação de regimes, critérios e procedimentos torna frequentemente opaco o acesso a direitos básicos de proteção social. Por isso, toda a reforma nesta matéria deveria começar por ouvir quem vive a pobreza e quem, no terreno, trabalha diariamente com as suas múltiplas expressões. Mais uma

vez, não foi esse o caminho seguido.

Há muitos ângulos possíveis para analisar a proposta do Governo. Quero concentrar-me num em particular, o desaparecimento da lógica de inserção social que estruturava o Rendimento Social de Inserção e, antes dele, o Rendimento Mínimo Garantido, e a sua substituição por uma lógica centrada em obrigações unilaterais dos beneficiários, na disponibilidade para o trabalho e na realização de atividades não remuneradas. É neste ponto que a proposta interpela diretamente as IPSS, porque, para elas, o que está em causa não é uma mera alteração administrativa, mas a redefinição do seu papel perante as pessoas em situação de pobreza.

Quem trabalha no terreno social sabe que a pobreza e a exclusão não são estados simples, lineares ou redutíveis à vontade individual. Os percursos que conduzem à privação são diversos,

acumulam vulnerabilidades e cruzam dimensões familiares, laborais, habitacionais, educativas, de saúde e de acesso a serviços. Também os processos de inserção são exigentes e dependem de respostas articuladas. Foi por isso que a ideia de inserção se tornou central nas políticas públicas de combate à pobreza: reconhecia que a prestação monetária, sendo indispensável, não bastava por si só e tinha de ser acompanhada por um percurso de intervenção ajustado às circunstâncias concretas de cada pessoa ou agregado.

Era essa a orientação do contrato de inserção, desde a criação do rendimento mínimo garantido em 1997 e ainda hoje presente no artigo 3.º da Lei n.º 13/2003, que o define como um conjunto articulado e coerente de ações, faseadas no tempo, destinado à integração social e assente em direitos e deveres recíprocos. Essa lógica assentava no princípio essencial de que combater a pobreza não é vigiar comportamentos, é construir condições de inclusão social.

É precisamente com esse princípio que a proposta agora apresentada rompe. Elimina a ideia de contrato de inserção e substitui-a por um elenco de obrigações impostas aos beneficiários, sem reciprocidade efetiva por parte do Estado e sem enquadramento num percurso consistente de autonomização. A prestação deixa de ser concebida como parte de uma

estratégia integrada de inserção e passa a ser tratada como um benefício condicionado ao cumprimento de deveres definidos unilateralmente.

Neste contexto, o papel dos serviços da administração pública nas áreas da educação, do emprego e da saúde, bem como o das IPSS, deslocase para a verificação e fiscalização do acesso à prestação. A proposta revela assim uma visão do papel do Estado e da comunidade menos orientada para a inclusão do que para o controlo comportamental, o que se torna particularmente visível na criação de um canal de denúncias anónimas de abuso da prestação.

Esta inversão de papel é particularmente desafiante para as IPSS. A proposta mantém-nas como entidades colaboradoras no processo de atribuição, verificação e manutenção das condições de acesso à prestação, atribui-lhes um papel na fiscalização do seu cumprimento e prevê ainda que possam beneficiar de atividades de solidariedade social não remuneradas prestadas pelos beneficiários.

Esta deslocação é tudo menos neutra. As IPSS deixam de ser chamadas sobretudo a participar num processo de inserção e passam a ser integradas num modelo em que se cruzam verificação, fiscalização e recurso a trabalho obrigatório não remunerado. Isso cria um conflito entre a sua missão e o papel que a proposta lhes reserva.

As IPSS visam promover a dignidade da pessoa humana, apoiar situações de vulnerabilidade, reforçar a autonomia e construir respostas de proximidade orientadas para a inclusão. O seu trabalho assenta na confiança, na relação e na continuidade do acompanhamento. Uma lógica centrada no controlo, na suspeita e na imposição de atividades obrigatórias não remuneradas compromete esses fundamentos e aproxima estas instituições de funções de controlo social sobre os mais pobres.

Isto não significa negar a importância do compromisso ou da participação ativa dos beneficiários. Mas essa exigência só faz sentido quando integrada num processo de inclusão, sustentado por direitos, acompanhamento e respostas adequadas. Sem isso, há o risco de substituir a promoção da autonomia pelo primado da suspeita, em que a prestação social deixa de ser um instrumento de proteção para passar a ser uma contrapartida por obediência.

É por isso que as IPSS não podem tratar esta proposta como uma questão meramente técnica. O que aqui se discute é o papel que estão dispostas a assumir, de parceiras de inserção ou agentes de fiscalização. Se esta iniciativa vier a ser aprovada nos moldes atuais, serão chamadas a decidir se reconhecem neste modelo uma continuação da sua missão ou uma sua distorção.

Opinião

Eugénio Fonseca



Para uma “Magnífica Humanidade”

Não vou abordar o conteúdo específico da Encíclica “Magnífica Humanitas”, do atual Papa, “sobre a salvaguarda da pessoa humana na Era da Inteligência Artificial”, porque já muito foi escrito por peritos do digital e, também, porque não tenho competências bastantes para abordar o assunto em apreço. Também não conseguirei, por falta de espaço, abordar o que me parece interessar a quem esteja relacionado com a economia social, em particular,

aos que têm a responsabilidade de dirigir IPSS.

Trata-se de um documento do magistério da Igreja católica, por isso alicerçado em fundamentos bíblicos e da tradição da mesma Igreja, mas ele foi escrito a pensar em «todos os homens e mulheres de boa vontade» (16 e 47). Porém, proponho-me evidenciar, apenas, alguns dos contributos que visem, como pede Leão XIV, fomentar o diálogo com todos os que estão interessados em defender e

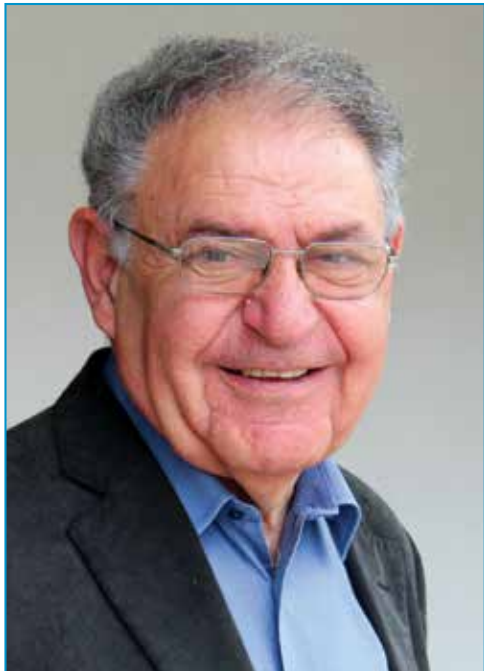
promover a dignidade humana. Ora, este é um dos valores que norteiam as ações relacionadas com a solidariedade e a justiça social, promovidas pelas IPSS em cooperação com o Estado e outras instâncias da sociedade. Mais que deixar a minha opinião, vou citar algumas das interpelantes e fundamentadas opiniões do Papa, cuja principal preocupação não é «renunciar à tecnologia, mas impedir que ela domine o ser humano» (111), chamando a nossa atenção para «alguns desafios que dizem respeito à nossa forma de viver este tempo» (90).

Por esta razão, antes de entrar nos domínios da inteligência artificial e reconhecendo, como já o tinha feito o Papa Francisco, que estamos «a viver uma rápida fase de transição, uma “mudança de época” (6), e a entrada na era digital, Leão XIV elenca os princípios do Pensamento Social católico. Todos são compatíveis com a identidade, missão e valores das IPSS, com particular realce para os relativos à

dignidade indelével dos seres humanos e a construção do bem comum. Quanto ao primeiro, o Papa recomenda que na «era da inteligência artificial, em que a dignidade humana corre o risco de ser ofuscada por novas formas de desumanização, temos o dever urgente de permanecer profundamente humanos» (15); no que respeita ao bem comum diz que é a sua busca «que dá vida a um povo, compreendido não como mera soma de indivíduos, mas como realidade viva na qual as pessoas aprendem a reconhecer-se interligadas e corresponsáveis pela res publica.» (62). Para defender o respeito por cada pessoa nesta “era da inteligência artificial”, Leão XIV convida não só a “refletir sobre o bem comum”, mas, também, sobre o destino universal dos bens, a subsidiariedade, a solidariedade e a justiça social.» (46). Estes princípios não podem ser ignorados, realço, por quem se compromete na direção e gestão de instituições de solidariedade.

Uma das preocupações referidas pelo Papa diz respeito aos infoexcluídos. No combate a este problema, as IPSS podem ter um preponderante papel. Apesar do Papa se dirigir, especificamente, às “organizações sindicais”, julgo que faz sentido incluir neste desafio todos os setores da economia social que «são chamadas a abrir-se às novas formas de trabalho e aos novos trabalhadores, para os representar e defender num cenário em que, sem escolhas corajosas, se preveem mais pobreza e desigualdades, com uma multidão de excluídos rodeados por máquinas e sistemas automatizados que usurparam o seu lugar.» (155). Seria benéfico que as IPSS promovessem ações de “alfabetização digital”, para «permitir a todos, em particular aos mais fracos, uma vida verdadeiramente humana, sem que ninguém fique para trás.» (77).

Recomendo a leitura desta encíclica. Garanto que ela ajuda a rasgar novos horizontes.



Lino Maia
Presidente da CNIS

Editorial

Magnifica Humanitas

1. Face às transformações provocadas pela inteligência artificial, pela automação (aplicação de tecnologia, programas, robótica ou processos para alcançar resultados com o mínimo de intervenção humana) e pela expansão do poder tecnológico, o Papa Leão XIV publicou a Carta Encíclica “Magnifica Humanitas”, divulgada em 25 de maio de 2026 e assinada no dia 15 de maio, dia em que perfaziam 135 anos da publicação da encíclica *Rerum Novarum* (15 de maio de 1891), marco fundador da Doutrina Social da Igreja.

A escolha da data estabelece uma ligação direta entre os desafios enfrentados pela Igreja durante a Revolução Industrial e as questões provocadas pela revolução digital contemporânea. Assim como a *Rerum Novarum* procurou responder às transformações sociais e económicas do século XIX, a “Magnifica Humanitas” ilumina os desafios associados às tecnologias emergentes e ao crescente impacto que elas exercem sobre a sociedade.

Na encíclica, Leão XIV dirige o olhar da Igreja para uma pergunta decisiva do nosso tempo: o que acontece com o homem quando a tecnologia passa a influenciar a própria compreensão da realidade, da verdade e da dignidade humana?

Como todas as encíclicas, trata-se de um documento solene do magistério pontifício, por meio do qual o Santo Padre oferece orientações doutrinárias e pastorais diante de questões fundamentais para a vida da Igreja e da sociedade.

2. A “Magnifica Humanitas” é uma Carta Encíclica dedicada à salvaguarda da pessoa humana na era da inteligência artificial. Ao longo do documento, o Papa Leão XIV reflete sobre os

impactos espirituais, sociais, económicos e culturais provocados pelas novas tecnologias e pelo crescimento do poder digital, propondo um discernimento cristão diante das transformações do mundo contemporâneo.

Desde as primeiras páginas, o Papa deixa claro que sua preocupação central está ligada à forma como o homem passa a compreender-se a si mesmo numa cultura marcada pela eficiência, pelo desempenho e pelo controle. O documento acompanha os desafios trazidos pela inteligência artificial, pela automação e pelas novas formas de concentração de poder tecnológico, sempre à luz da dignidade da pessoa humana.

Por isso, a encíclica retoma princípios permanentes da Doutrina Social da Igreja, como o bem comum, a solidariedade, a subsidiariedade, a justiça social e a dignidade inviolável da pessoa humana.

Logo na abertura da encíclica, o Papa escreve: “A Magnífica Humanidade criada por Deus encontra-se hoje perante uma escolha decisiva: erguer uma nova torre de Babel ou construir a cidade onde Deus e a humanidade habitam juntos” (1).

Essa imagem conduz toda a encíclica e reaparece em diferentes momentos do texto como chave de leitura para os dilemas espirituais e culturais da era digital.

3. O título “Magnifica Humanitas” pode ser traduzido como “Humanidade Magnífica”. A expressão revela o assombro diante da dignidade humana criada por Deus e recorda a responsabilidade de a preservar num período de profundas transformações culturais e tecnológicas.

Ao escolher esse nome, o Papa Leão XIV reafirma que existe no homem uma grandeza que nenhuma máquina é capaz de reproduzir. A pessoa humana possui um valor que ultrapassa produtividade, desempenho ou capacidade técnica.

No parágrafo 15, o Papa afirma: “Na era da inteligência artificial, em que a dignidade humana corre o risco de ser ofuscada por novas formas de desumanização, temos o dever urgente de permanecer profundamente humanos, salvaguardando com amor

essa magnífica humanidade, que nos foi plenamente dada e manifestada em Cristo, e que jamais alguma máquina poderá substituir no seu esplendor” (15).

A escolha do título também revela o eixo cristológico da encíclica. Em Cristo, o homem encontra plenamente sua dignidade e sua vocação. Por isso, nenhuma tecnologia poderá ocupar o lugar da graça, da comunhão e da relação humana.

4. Ao longo da encíclica, o Papa Leão XIV insiste que a humanidade atravessa uma mudança histórica profunda. Nunca o homem teve tanto poder sobre si mesmo, nem tanta capacidade de transformar a realidade ao seu redor.

No parágrafo 4, ele escreve: “Nunca a humanidade teve tanto poder sobre si mesma” (4).

Diante desse cenário, o documento propõe um discernimento moral capaz de acompanhar a velocidade das transformações tecnológicas. O Papa alerta que o progresso técnico precisa ser avaliado também pelos efeitos que provoca sobre a dignidade humana, sobre o trabalho, sobre a verdade e sobre a convivência social.

A encíclica nasce da percepção de que a tecnologia passou a influenciar dimensões centrais da experiência humana. A inteligência artificial já interfere na comunicação, na educação, no trabalho, na política, na economia e até mesmo nos modos como as pessoas percebem a si próprias e se relacionam umas com as outras.

Por isso, o Papa afirma que a Igreja deve oferecer critérios morais e espirituais capazes de orientar a sociedade face às novas possibilidades abertas pela tecnologia.

Mais adiante, o documento afirma: “Não tenhamos medo de sujar as mãos no canteiro de obras do nosso tempo. [...] ser construtores de comunhão, não arquitetos de Babel” (16).

A partir dessa imagem, a encíclica convida famílias, educadores, governantes, comunidades cristãs e todos os homens de boa vontade a participarem ativamente na construção de uma cultura verdadeiramente humana.

DR



ENCONTRO COM UNIÕES DISTRITAIS E IPSS DA ZONA CENTRO

Empresarialização e gastos com a Defesa são as grandes ameaças ao Sector Social Solidário

O Seminário Diocesano de Leiria acolheu o segundo encontro do ano entre a Direção da CNIS e as Uniões Distritais e IPSS da Zona Centro e no qual o padre Lino Maia começou por deixar um alerta.

“Provavelmente este Sector estará ameaçado por dois riscos essenciais: a empresarialização, ou seja, a nossa conversão ao sector privado, com as implicações que isso tem na missão das IPSS para com os mais carenciados, que ficarão para trás; e um certo abandono do Estado Social, que está crescentemente ameaçado, inclusive por toda a Europa, com os investimentos na Defesa”.

Deixado o alerta, ainda reunião restrita às UDIPSS, na qual não marcaram presença Aveiro e Guarda e ainda a Humanitas, o presidente da CNIS lembrou que o encontro “é para falarmos sobre assuntos que nos preocupam”.

Na presença dos representantes das Uniões Distritais de Castelo Branco, Coimbra, Leiria e Viseu e ainda da FAPPC (Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral), o líder da Confederação considerou que “a Região centro está esquecida, tanto o interior, que está abandonado, como o próprio litoral”, sublinhando: “As instituições ainda vão fazendo algo, criando emprego e apoiando as populações de uma zona abandonada, como é o interior centro, muito mais envelhecido e desertificado que o litoral”.

A terminar a abertura do encontro, o padre Lino Maia sublinhou que estas “são preocupações que temos e, pelas quais, temos de erguer a voz”.

Seguiu-se uma ronda pelos distritos representados, que deixaram as suas preocupações, dúvidas e questões sobre os mais diversos assuntos que, direta e indiretamente, afetam a vida das IPSS dos diferentes territórios.

“Castelo Branco é um distrito do interior dos interiores, desertificado e envelhecido”, começou por dizer Maria Amélia Alves, da UDIPSS albicastrense, lamentando a falta de flexibilidade dos acordos de cooperação para acompanhar a alteração de serviços no que toca à resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

“Por outro lado, as instituições que só têm Centro de Dia e SAD estão com grandes dificuldades financeiras e há algumas em risco de fechar”, alertou, apontando ainda a “dificuldade em contratar recursos humanos” como outro dos grandes problemas que as instituições de Castelo Branco enfrentam.

As inquietações com o SAD e a contratação de pessoal foram reforçadas pela União



Distrital de Leiria, mas, devido a ter sido o território mais afetado pelas tempestades de final de janeiro, outras preocupações assolam as instituições locais.

“Foi elaborado um plano a 10 anos para intervir e recuperar as infraestruturas do distrito, mas, no que toca ao nosso sector, apenas há referência às ERPI (Estruturas Residenciais Para Idosos), pela necessidade de todas terem um gerador”, lamentou Carla Verdasca, da UDIPSS Leiria, elencando ainda “problemas com as seguradoras, demora na chegada dos apoios”, porque “houve muitos gastos não previstos e não há apoios para colmatar a situação”.

Também por Leiria, Eduardo da Silva sublinhou a realidade que é “a grande diferença das reformas das pessoas da cidade de Leiria e as das aldeias”, onde o SAD e o Centro de Dia têm grandes gastos com transportes e não só.

Aliás, estes assuntos foram transversais a todas as intervenções dos dirigentes distritais, tal como o da VAGA, a plataforma da Segurança Social para gestão das vagas de Creche.

“As instituições do distrito de Leiria andam a ser pressionadas pelo Centro Distrital [da Segurança Social] para aderirem à plataforma”, revelou Carla Verdasca.

Sobre esta matéria, José Augusto, da

UIPSSD de Coimbra, acusou a Segurança Social “querer transformar o que era claro em algo completamente opaco”, indo mais longe: “Querem transformar-nos em funcionários do Estado. As pessoas têm o direito de colocar as crianças onde quiserem”.

Sobre esta tentativa de a Segurança Social transformar as IPSS em barrigas de aluguer, a resposta da CNIS tem sido “construtiva”, disse, mais à frente, Filomena Bordalo, assessora da CNIS.

“Houve uma decisão política, mas agora estão a decorrer os trabalhos técnicos”, afirmou, acrescentando: “A CNIS pediu a suspensão da plataforma, porque não aceita. É necessário algo para o planeamento, mas a VAGA é um atentado à autonomia das IPSS”.

Filomena Bordalo reconheceu que “as instituições sintam que estão no meio da ponte, porque sentem a pressão da Segurança Social para aderirem e, por outro lado, a CNIS recomenda a não adesão. Os trabalhos estão a decorrer, pelo que vamos esperar e... as IPSS não devem aderir à plataforma”.

Já anteriormente falada por Castelo Branco, a questão da recente alteração ao Estatuto das IPSS que passa a permitir um limite de cinco mandatos, em vez dos três anteriores, aos presidentes das instituições, José Augusto, por

Coimbra, considerou que “na prática não há limitação”, sublinhando que “há que proteger quem queira assumir” cargos nas instituições.

Sobre esta questão, o presidente da CNIS lembrou que “ainda não há definição, mas serão cinco mandatos, porque é grande a dificuldade em arranjar carolas que queiram assumir as instituições”.

Apesar de ainda não ter sido publicada a legislação, os dirigentes podem começar a pensar nas novas regras, uma vez que há a possibilidade de prolongamento do número de mandatos possíveis de cumprir na liderança de uma IPSS.

Na sequência do referido por Carla Verdasca sobre os geradores, José Augusto, de Coimbra, lembrou que, “após o apagão do ano passado, a Segurança Social fez um levantamento, mas não aconteceu nada”.

Sobre esta matéria, o presidente da CNIS disse que “o que está previsto é que sejam fornecidos às instituições”.

Por outro lado, o dirigente de Coimbra, logo no início da sua intervenção, deixou um alerta aos dirigentes nacionais: “A CNIS tem de ser o motor do Sector Social Solidário, não pode continuar a reagir ao Governo. Temos de fazer valer o que somos e o Congresso de outubro deve ser um momento de afirmação. Não

podemos deixar que nos pisem”.

Estes foram os primeiros assuntos tratados da parte da manhã entre a Direção da CNIS e as Uniões Distritais, seguindo-se, ao longo da tarde, o encontro com as IPSS, que se iniciou com a apresentação de Letícia Fernandes, do Departamento Técnico da CNIS, sobre «Gestão de Risco».

Definindo à partida que “risco é o efeito da incerteza nos objetivos” da instituição, cuja gestão “é o processo sistemático de identificar, analisar e mitigar ameaças, transformando incertezas em decisões preventivas”, Letícia Fernandes começou por elencar as principais etapas deste processo: “Identificação do perigo; Análise e avaliação; Plano de respostas; e Implementação e monitorização”.

Para identificar o perigo, a análise de contexto é fundamental e, para tal, a assessora da CNIS aconselhou a utilização da ferramenta Análise SWOT – Strengths (Forças), Weakness (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças).

De seguida, Letícia Fernandes enumerou as diferentes categorias de “possíveis riscos” que uma instituição enfrenta: sociais; comunicação/recursos humanos; financeiros; cibersegurança; requisitos legais; operacionais/infraestruturas; ambientais; e psicossociais.

Após explanar um pouco sobre cada um destes possíveis riscos para as IPSS, dando alguns exemplos práticos, a assessora da CNIS introduziu uma nova ferramenta para definição de objetivos, ou seja, a SMART – Specific (específico e claro), Measurable (mensurável), Achievable (alcançável, realista), Relevant (relevante, impactante) e Time-based (prazo de início e fim).

Para Letícia Fernandes, “os benefícios da gestão de riscos” são: Prevenção, pois “evita a cultura de ‘apagar fogos’ e minimiza perdas financeiras e de reputação”; Tomada de decisão, o que “permite decisões mais seguras e confiantes”; e Resiliência, pois “aumenta a preparação da instituição para o futuro e incertezas”.

“Uma boa gestão de riscos permite uma maior segurança para utentes, trabalhadores e direção, uma melhor tomada de decisão, uma redução de incidentes, um melhor controlo financeiro e uma maior confiança das famílias e das entidades parceiras, nomeadamente, as públicas”, sustentou Letícia Fernandes, que terminou explicando em que é que a CNIS pode ajudar em todo este processo: “Formação;



Apoio na identificação dos riscos; Divulgação de campanhas; Condições vantajosas ao nível de informação e implementação de medidas de autoproteção e segurança contra incêndios através de Técnico Superior de

Segurança Contra Incêndios certificado, disponível com valores mais vantajosos para associadas da CNIS”.

Em resumo, as instituições devem “parar, refletir, planear e atuar” para que não sejam apanhadas desprevenidas.

Ainda antes de o microfone ser aberto às IPSS presentes, Joana Silva, do Centro Paroquial de Assistência de Nossa Senhora das Dores, da Covilhã, e Isabel Roseiro, da Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra, falaram sobre a importância da certificação de qualidade na vida das respetivas instituições.

No momento de tomarem a palavra, os representantes das instituições da zona Centro referiram algumas das questões já abordadas de manhã com os dirigentes distritais, com a chamada de atenção para “a rotatividade dos recursos humanos” ou as pressões sofridas



para aderirem à VAGA, mas, essencialmente, questões relacionadas com o financiamento e as participações do Estado.

“A atualização dos acordos é insuficiente. Não podemos aceitar tudo o que nos impõem, porque a sustentabilidade das instituições está em risco”, afirmou Helena Albuquerque, presidente da Humanitas.

“A dotação financeira é sempre inferior às necessidades, mas é a realidade”, sustentou o padre Lino Maia, lembrando: “Vamos ouvindo

que o Estado não tem obrigação de financiar porque a Proteção Social não é um direito constitucional e que, se a sociedade civil se organiza, isso não é obrigação do Estado”.

A terminar, o presidente da CNIS reforçou a ideia com que abriu o Encontro de que, “neste momento, a grande ameaça que há são as despesas com a Defesa, que podem condicionar as verbas para este Sector”.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

CHAMA PERCORRERÁ O DISTRITO DE LEIRIA NA SEMANA ANTERIOR

Festa da Solidariedade acontece a 9 de outubro em Aveiro

A encerrar a iniciativa que levou a Chama da Solidariedade a todo o País ao longo de duas décadas, a CNIS promove, no próximo dia 9 de outubro, a XIX Festa da Solidariedade, em Aveiro, onde nos dois dias anteriores decorrerá o Congresso da Confederação, subordinado ao tema «Pobreza e Proteção Social».

Desde o dia 5 de outubro até ao dia da Festa, a flama solidária percorrerá o distrito de Aveiro, levando a solidariedade da CNIS até às IPSS e comunidades dos diversos concelhos do distrito da Ria.

Na semana anterior, a Chama da Solidariedade percorrerá o distrito de Leiria, que no final de janeiro tão afetado ficou com a passagem do “comboio de tempestades”.

O formato da visita aos concelhos leirienses ainda está a ser estudado, tendo em conta os constrangimentos que ainda existem no terreno. Recorde-se que, inicialmente, a CNIS pretendia realizar uma Festa da Solidariedade em Leiria e outra em Aveiro, mas tal não é possível por culpa da Kristin e das outras tempestades.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

CNIS defende articulação coesa entre Segurança Social e Saúde

A CNIS esteve na Comissão de Saúde, na Assembleia da República, a propósito do agravamento dos internamentos sociais, na qual Maria João Quintela, da Direção da CNIS, defendeu “uma ligação coesa entre a Segurança Social, a Saúde e também a Justiça”.

Considerando que há “dificuldade em encontrar respostas”, a dirigente da Confederação lembrou que “o programa ‘Voltar a Casa’ é de 2020, mas não avançou”.

“A CNIS está disponível para encontrar respostas, mas, por exemplo, o ‘Voltar a Casa’ necessita de uma ligação coesa entre a Segurança Social, a Saúde e também a Justiça”, sustentou, defendendo que, face às diferentes propostas, “é fundamental definir um caminho”.

“Temos dúvidas que as altas sociais possam ser objeto de um diagnóstico preciso, pelo que é necessária uma articulação entre a Segurança Social e a Saúde”, afirmou, acrescentando: “O envelhecimento da população acumula problemas de saúde que depois vão para as instituições. Os hospitais também precisam de um olhar social”.

Após intervenções de alguns deputados, Maria João Quintela enfatizou dois elementos fundamentais para se olhar o futuro e tentar inverter a tendência de envelhecimento da população: “É necessária uma política de natalidade para apoiar quem quer ter filhos e valorizar os mais velhos portugueses”.

“Falar dos mais velhos como um problema e não falar no valor do que eles ainda fazem pela sociedade não está correto”, afirmou a dirigente da CNIS, lembrando, por outro lado, “que um dos mais problemas das instituições é a mobilidade dos recursos humanos”.

A terminar a sua intervenção, Maria João Quintela defendeu que “todas as soluções requerem financiamento, recursos humanos e respeito pelas instituições, que não querem ser os depósitos dos hospitais”.

“Temos de olhar para os mais velhos como pessoas que têm o direito de viver”, rematou.

Também presente na audição, José Carlos Batalha, presidente da Mesa da Assembleia Geral da CNIS, revelou aos deputados um projeto que é aposta da CNIS no sentido de melhorar o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), prolongando o tempo das pessoas em suas casas.

“A CNIS está a apostar no projeto GuardAfetos, no concelho da Guarda, com o objetivo de olhar para o SAD com esta dupla vertente da Saúde e do Social”, afirmou.





– BUROCRACIA
+ TEMPO PARA EDUCAR
CONHEÇA O eSOCIAL INFÂNCIAI

- ✔ Planificação simples e integrada
- ✔ Bloco de Notas para registar o que realmente importa
- ✔ Avaliação automática com base no que regista
- ✔ Comunicação segura e privada com as famílias



participe no

HEALTHi TALKs

by F3M

Espaço de partilha

Diálogo aberto e construtivo sobre os principais desafios enfrentados pelas instituições

Partilha de experiências e reflexão conjunta sobre práticas de sucesso

▼

Melhoria contínua na prestação de cuidados







saiba mais em
www.f3m.pt

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE PINHAL NOVO, PALMELA

ATL Verão Fantástico vai proporcionar «Viagem à Volta do Mundo»

O ATL «Sempre a Sorrir», do Centro Social Paroquial de Pinhal Novo, promove a 16.ª edição do ATL Verão Fantástico, uma iniciativa destinada a crianças dos 5 aos 13 anos, que decorrerá ao longo de nove semanas, durante os meses de julho e agosto, na vila de Pinhal Novo.

Este ano, o programa apresenta o tema «Uma Viagem à Volta do Mundo – Mil Aventuras», convidando os participantes a embarcarem numa experiência educativa, cultural, desportiva e recreativa única, marcada pela descoberta, criatividade e diversão.

Ao longo das diferentes semanas, as crianças terão oportunidade de explorar diferentes culturas, tradições e curiosidades de vários países do mundo, através de um programa diversificado que integrará atividades de animação, desporto, expressão artística, gastronomia, jogos, ateliers temáticos, visitas e muitas surpresas.

O programa contará ainda com duas semanas dedicadas à ida à praia, bem como com a realização semanal de uma atividade fora da vila de Pinhal Novo, proporcionando aos participantes novas experiências e momentos de descoberta em diferentes contextos.

A iniciativa contará igualmente com a colaboração de diversas entidades, associações, instituições e parceiros da comunidade local, reforçando o espírito de união, participação e proximidade que caracteriza a vila de Pinhal Novo.

Mais do que um simples programa de férias, “o ATL Verão Fantástico pretende proporcionar às crianças momentos de crescimento pessoal, convivência, inclusão, aprendizagem e felicidade, num ambiente seguro, educativo e repleto de energia positiva”, lê-se na nota.

Segundo a organização, esta 16.ª edição promete ser “uma verdadeira aventura à volta do mundo, onde cada semana será uma nova descoberta



e cada criança protagonista de memórias inesquecíveis”.

As inscrições encontram-se já online disponibilizados pela instituição disponíveis através dos formulários

APAC – V. F. XIRA

Novo parque infantil estreado no Dia Mundial da Criança

A Associação Popular de Apoio à Criança (APAC), da Póvoa de Santa Iria, inaugurou, no dia 1 de junho, o seu novo parque infantil, que representou um investimento total de quase 75.000 euros, tendo ainda beneficiado de um apoio financeiro municipal de cerca de 31.000 euros, atribuído através do Programa de Apoio ao Movimento Associativo (PAMA).

A obra inaugurada no Dia Mundial da Criança passou pela requalificação do recreio exterior, reconstrução de um talude e instalação de novos equipamentos no parque infantil, conferindo, assim, ao espaço melhores condições de segurança, de lazer e de desenvolvimento às crianças que frequentam a instituição. A APAC desenvolve a sua atividade através de valências na área da infância, a saber: Creche Familiar, Creche, Educação Pré-Escolar e Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL).

Com uma equipa de 131 trabalhadores, a APAC apoio um total de 480 utentes.

ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL RECREIO DO CARAMULO, TONDELA

Creche requalificada e inaugurada permite alargar apoio às famílias

No passado dia 1 de junho, a Associação de Solidariedade Social Recreio do Caramulo inaugurou as obras de requalificação e ampliação da sua sede, uma cerimónia que contou com a presença da Secretária de Estado da Ação Social e Inclusão, Clara Marques Mendes, e da presidente da Câmara Municipal de Tondela, Carla Antunes Borges.

Depois de ter estado em risco de fechar a resposta social de Creche, em finais de 2021, por registar apenas três crianças, a requalificação do equipamento, que passou por uma profunda remodelação do edifício, permite agora receber 24 crianças, ficando

assim a sobrar apenas uma vaga das 25 que são a capacidade total da valência. Recorde-se que a Creche do Recreio do Caramulo é a única no concelho, recebendo crianças provenientes de Tondela, Vouzela e Oliveira de Frades.

O investimento na requalificação do edifício rondou os 475 mil euros, tendo a Creche sido apoiada ainda pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com uma verba superior a 108 mil euros, permitindo a criação de três salas adaptadas à legislação.

Já os espaços do Serviço de Apoio Domiciliário

(SAD) foram intervencionados com um investimento de 100 mil euros, repartidos em partes iguais entre a autarquia de Tondela e a Direção-Geral das Autarquias Locais, em parceria com a CCDR Centro, servindo atualmente 20 utentes, mas com capacidade para 30 idosos.

A Câmara Municipal de Tondela atribuiu ainda dois apoios extraordinários: um de 120 mil euros para garantir o funcionamento da Creche nos anos mais difíceis e outro de 137.500 euros para ajudar a instituição a amortizar o empréstimo bancário contraído para financiar a sua parte dos encargos da obra.

APOIO FINANCEIRO CONTEMPLA NOVE INSTITUIÇÕES SOCIAIS

Câmara de Cinfães atribui 210 mil euros às IPSS do concelho

A autarquia de Cinfães decidiu atribuir 210 mil euros às IPSS do concelho, reforçando, assim, a sua aposta na área social e no apoio às instituições que prestam apoio à população.

As IPSS com resposta social de ERPI receberão 25 mil euros cada, enquanto as restantes serão apoiadas com 20 mil euros.

A Associação de Infância e 3ª Idade S. Sebastião – S. Cristóvão, a Associação de Solidariedade Social de Souselo, a Associação de Solidariedade Social e Recreativa de Nespereira, o Centro Social e

Paroquial de Tendais, a Santa Casa da Misericórdia de Cinfães e a Associação de Solidariedade Social de Espadanedo receberão 25 mil euros, enquanto o Centro Social e Bem-Estar de Oliveira do Douro, a Associação para o Desenvolvimento do Alto do Concelho de Cinfães e o Centro Social da Paróquia de S. Martinho de Fornelos serão contemplados com 20 mil euros cada.

Para além deste apoio financeiro, a Câmara Municipal de Cinfães

Continuar a investir noutros aspetos, como

a aquisição de viaturas, a realização de obras e as melhorias nas infraestruturas, a dinamização de atividades no âmbito do projeto Viver +, incluindo música, atividade física e hidroginástica, iniciativas essenciais para as instituições.

Com estas ações, a autarquia de Cinfães sublinha a importância do sector social, reconhecendo “o papel essencial das IPSS na promoção do bem-estar, da inclusão e da qualidade de vida das comunidades locais”, lê-se na nota enviada às redações.

LURDES POMBO, PRESIDENTE DA APPACDM DE CASTELO BRANCO, EX-DIRIGENTE DA CNIS

É preciso saber sair das li

À porta dos 81 anos Lurdes Pombo ou, para quem a conhece melhor, Milú Pombo, já decidiu abandonar a liderança da APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental) de Castelo Branco, a derradeira missão com relevância pública das muitas que teve na vida. Ao cabo de 17 anos de presidência tem a certeza que é o momento de passar o testemunho. Não há nenhuma razão de força maior para essa decisão. Apenas a lucidez de uma mulher que defende que a decisão de sair é tão ou mais importante do que a ambição de liderar. E deve ser a própria pessoa a tomá-la. Por isso, em 2022 deixou de fazer parte da direção da CNIS; em 2023 não se recandidatou à presidência da UDIPSS de Castelo Branco; este ano, em fevereiro, deixou a presidência da Assembleia Geral da AEDAR-Associação dos Ex-Deputados da Assembleia da República; em breve cessará funções na APPACDM.

Lurdes Pombo nasceu em Sabrosa do Douro em 1945, filha de gente visceralmente católica que conseguiu dar uma formação superior aos filhos. Lurdes foi estudar para Coimbra, interna num colégio de freiras, fez o Instituto de Educadores, perto do irmão que, também na cidade dos estudantes, enquanto fazia as cadeiras do curso de Direito, tinha do pai a incumbência de vigiar a irmã.

A vigilância não impediu que tivesse conhecido Mário, um aluno que se formou em medicina, com quem se relacionou até ao casamento e lhe moldou a vida. “Em Coimbra conheci o meu marido, beirão, obstetra, e ele queria vir para a sua terra, Castelo Branco, que estava a acabar de construir o hospital. Ele sentiu que tinha a possibilidade de iniciar uma maternidade. Eu vim por arrasto.”

Com a formação social e pedagógica que trazia de Coimbra consegue colocação no Dispensário Alfredo Mora e vai trabalhar com o Dr. José Lopes Dias, uma personalidade albacastrense de referência. “O doutor José Lopes Dias foi diretor de distrital de saúde, foi quem criou a escola Superior de Saúde de Castelo Branco, um médico que ia muito para além da medicina e que tinha fortes preocupações sociais. Eu vim trabalhar com ele, dirigir o dispensário Dr. Alfredo Mota, uma grande instituição que tinha protocolo com a direção-geral aqui na cidade e tinha creches, jardins, lactário, atendia os pobres e desenvolvia muitas atividades.”

Ali esteve nos anos de 1972 e 1973. Foi pouco tempo porque sabia-se que mais tarde ou mais cedo ia abrir o Instituto da Família e Ação Social com uma vaga para técnica de educação para trabalhar o distrito na área da

infância e juventude. Lurdes Pombo nem sequer queria considerar a possibilidade de candidatura. “Eu hoje posso dizer que devo quase tudo ao doutor José Lopes Dias que, nesse momento, me diz o seguinte: você vai mesmo concorrer porque Castelo Branco é demasiado pequeno para si. Concorri, consegui a vaga, acabei por ficar e adaptar-me à região.”

Em 1973 entra para o IFAS que, depois, nos anos 80 dá origem à Segurança Social. E era quem participava as instituições da região. Foi nessa altura que começou a relação próxima com a APPACDM de Castelo Branco. “Eu entro para o IFAS e abro a APPACDM. Fui vice-presidente durante algum tempo, mas era complicado acumular as duas funções. Não devia porque, entretanto, eu fui convidada para fazer parte da Comissão Instaladora do Centro Regional de Segurança Social de Castelo Branco, onde acabei por ser vice-presidente.”

Viviam-se momentos históricos no país com a transformação da ditadura em democracia e a descoberta, às vezes, dolorosa da liberdade. “Quando estávamos em Coimbra o meu marido foi preso pela PIDE. Coisas de estudantes, mas isso marcou-me muito. Tivemos alguns problemas em trabalhar para o Estado. Quando viemos para Castelo Branco já éramos democratas. Não aceitávamos as situações de forma acéfala. Chegámos mesmo a considerar fugir do país, tínhamos um filho para defender. Quando aconteceu o 25 de Abril, o meu filho tinha quatro anos. Foi uma alegria imensa sentir a liberdade. Eu na altura gostava muito do Sá Carneiro, tinha muita coragem e nós identificávamo-nos com a social-democracia que ele defendia. Em finais de 1975 fiz-me militante do PSD. O PREC revoltou-me. Tinha passado por alguns problemas em Coimbra, mas estava a acontecer algo semelhante e isso era inadmissível. Virei-me para o meu marido e disse-lhe: Ouve lá Mário, um de nós tem que fazer vida política. Ao que ele me responde: pronto, como eu já estive preso agora é a tua vez...”

É como recém militante do PSD que Lurdes Pombo entra, em terceiro lugar, nas listas para a autarquia albacastrense nas primeiras eleições, em 1976. Envolve-se convictamente nas campanhas eleitorais, percorrendo o distrito a defender as cores, as políticas e as ideias do PSD e fazendo discurso político, aproveitando a influência do marido, médico obstetra, e também a influência da Segurança Social onde trabalhava. Nas segundas autárquicas, em 1979, volta a integrar a lista social-democrata. Nas legislativas em 1980 também é convidada para fazer parte do rol de nomes



mas, propositadamente em lugar não elegível.

Em 1985 Cavaco Silva vai fazer a rotação do Citroën à Figueira da Foz, onde decorria o congresso do PSD, é empurrado para a candidatura à liderança e vence. Lurdes Pombo está lá. “O Cavaco Silva, em quem eu não votei na Figueira da Foz, eu era João Salgueiro, ganhou por 14 votos. Ele vem a Castelo Branco, logo a seguir e eu fui-lhe apresentada, com muitos elogios à mistura. Ora, para evitar mal-entendidos, eu disse logo: o senhor é o presidente do PSD e para mim é quanto basta para estar aqui a trabalhar, mas quero que saiba que não votei em si na Figueira da Foz. O Cavaco reagiu de imediato: dê cá um abraço. É a primeira vez que aparece uma pessoa a dizer que não votou em mim. Eu nem percebia como tinha ganho só por 14 votos... A partir daí passou a considerar-me e sei que quando o meu nome apareceu lá indicado por várias secções do partido ele escolheu-me.”

Lurdes, ou melhor, Milú Pombo, dava nas vistas. Era uma mulher bonita, dinâmica,

entusiasta e mobilizadora. Integrou a lista de candidatos a deputados do PSD de Castelo Branco nas legislativas de 1991 e chegou à Assembleia da República. Fez duas legislaturas, de 1991 a 1999, mas com interrupções. Ao todo esteve do Parlamento perto de cinco anos. Num tempo em que havia apenas cerca de 10 por cento de mulheres na casa da democracia. “Era muito difícil. Mandaram-me algumas vezes ir coser meias para casa, disseram-me que estava a tirar lugar a um homem, enfim... Mas, de uma maneira geral, respeitavam-me e no meu grupo parlamentar sentia-me útil e integrei trabalhos importantes em comissões, sobretudo relacionadas com a ação social e a solidariedade. Foram tempos fantásticos. Os de hoje, no Parlamento, parecem-me mais desinteressantes.”

A ligação à Assembleia da República prolongou-se através da Associação de ex-deputados da AR, que ajudou a fundar e onde chegou a ser presidente da Assembleia Geral.

Lurdes Pombo nunca abandonou Castelo

Lideranças das instituições



Branco, nunca esqueceu a missão da solidariedade. Em 2008 assume a liderança da UDIPSS de Castelo Branco e em 2009 cumpre um sonho. Depois de ter estado na criação da APPACDM e de ser vice-presidente durante muito tempo, chega a sua hora de ser presidente da Instituição. Com cerca de 150 funcionários e colaboradores, três Centros de Atividades Ocupacionais, um lar de apoio e diversas valências de reabilitação no distrito, a instituição presta apoio diário a cerca de 600 utentes. A APPACDM tem um Museu da seda e Sericicultura na Quinta da Carapalha e projetos de Agricultura Biológica e Pecuária, Cultura, Música, Educação e Formação Profissional. Lurdes Pombo é o motor da Instituição que faz mover os mecanismos de apoios institucionais e bulir todas as influências. “Eu peço muito, mas como nunca pedi para mim, é fácil pedir para a APPACDM. Nunca nenhuma porta se fechou, na Segurança Social, Educação, Saúde, Instituto da Formação Profissional, a Câmara que até que fez o museu, importante para a cidade para o país, e o centro de Sericicultura para fazer a seda, enfim, ajudamos Castelo Branco a ser considerada cidade criativa da UNESCO”.

Lurdes Pombo não consegue passar despercebida. Porque também não quer. Deu sempre nas vistas por onde passou. E foi natural que sendo presidente da APPACDM e presidente da UDIPSS de Castelo Branco fosse contactada pela CNIS para desempenhar um papel na direção. Foi o padre Lino Maia, que liderava a Confederação, quem

fez a abordagem. Aceita fazer dois mandatos na direção da CNIS de 2015 a 2022. E foi ela quem pedia para sair. “O padre Lino confiou muito em mim. E nessa altura fez-se muito e bom trabalho. Ninguém me mandou embora. Eu achei, até por razões pessoais, que não devia continuar e disse-o ao padre Lino.”

Lurdes Pombo perdeu o marido há cerca de quinze anos e o único filho há sete. A mulher de sorriso pronto e riso solto chora sempre que se recorda da família perdida. E de tudo o que construiu na vida era o que tinha de mais importante. “Sim, o mais importante foi a família. A família é a família. A família que eu constituí e que neste momento está num cemitério. O marido e o filho. Fui bem penalizada com isso.”

Depois da CNIS abandonou em 2024 a UDIPSS de Castelo Branco. No início desse ano iniciou um novo mandato na presidência da direção da APPACDM. Mas, a decisão está tomada, vai libertar-se da Instituição e a IPSS vai libertar-se de Lurdes Pombo. E, diz, ambas ficam a ganhar. “As pessoas reconhecem o trabalho que eu tenho feito. De tal maneira que fui a primeira mulher a receber a medalha de ouro da cidade nos anos oitenta e depois em 2021 atribuíram-me outra medalha de ouro da cidade como fundadora da instituição e pelo vasto trabalho na área da solidariedade social na região. Castelo Branco reconheceu o meu trabalho.”

V.M.PINTO (TEXTO E FOTOS)

A CNIS devia abrir mais a porta às mulheres

A CNIS vai a eleições no próximo ano. Tem acontecido que, com apenas uma exceção, o presidente eleito é padre. Acha que o próximo presidente da CNIS irá confirmar a regra?

Na minha opinião, não devia ser. Mas vejo muito bem que exista pelo menos um padre na direção da CNIS, de preferência na vice-presidência. A realidade hoje, é diferente. Digo o mesmo em relação ao distrito de Castelo Branco. Quando eu tomei conta do IFAS havia um grande número de centros paroquiais. Passava-se o mesmo por todo o país. Mesmo quando estive na presidência da UDIPSS tive sempre um padre como vice. Eu achava que deveria haver representatividade. E a solidariedade católica era e continua a ser muito importante, apesar da iniciativa da sociedade civil ter aumentado exponencialmente.

Estará a chegar o momento de uma mulher liderar a CNIS?

Eu nem sequer tenho razões de queixa. Eu fui muito bem aceite em Castelo Branco nas diferentes missões que desempenhei, sobretudo como líder. As pessoas reconhecem o trabalho que eu tenho feito, e tal maneira que fui a primeira mulher a receber a medalha de ouro da cidade.

Mas, sim, eu lamento a pouca representatividade feminina na Confederação. Por acaso, neste momento a CNIS deve ter o recorde de mulheres nos órgãos sociais. Acho que a CNIS deve fomentar a igualdade, de facto. Não faz sentido que o presidente seja homem, o presidente da Mesa da Assembleia Geral e o presidente do Conselho Fiscal também. Portanto, a CNIS devia abrir mais a porta às mulheres.

Quando sair da APPACDM de Castelo Branco o que vai fazer?

Vou continuar a divertir-me, participar em atividades culturais, viajar. Há só uma coisa que me preocupa que é o isolamento das pessoas de idade. Eu sou idosa, tenho a idade que tenho, mas felizmente tenho recursos económicos para ter quem cuide de mim e quando chegar o momento poder fazer algumas opções. A gente não sabe o dia de amanhã.

Porque escolheu dedicar-se à solidariedade?

Acho que um episódio da minha infância foi determinante para descobrir a vocação social e solidária. Lembro-me de quando tinha 5 ou 6 anos e ia com a minha mãe ao dia dos mortos em Sabrosa do Douro e à saída era confrontada com colunas de deficientes e pobres que estendiam as mãos à esmola dos que visitavam o cemitério local. A minha mãe fazia distinções no número de moedas que me dava para depositar nas mãos dos pedintes. Os pobres levavam uma os deficientes levavam mais porque precisavam de mais ajuda. É a explicação que eu vou encontrar para o meu chamamento para o trabalho com a deficiência.

Foi tudo mais difícil por ser mulher?

Sim, nesses tempos para as mulheres era complicado. Sobrevivi com sucesso porque eu sempre que me envolvi, envolvi-me com paixão. Dei-me toda, inteira, eu gostava e tinha a preocupação de fazer o melhor possível em tudo o que assumia. Eu sabia também, e sentia esse peso, que tinha todos os olhos virados para mim à espera dos meus falhanços para me destruírem.

ASSOCIAÇÃO ENGENHO, VILA NOVA DE FAMALICÃO

Os desafios do envelhecimento foram tema na celebração do 32º aniversário

A Engenho - Associação de Desenvolvimento Local do Vale do Este celebrou o seu 32º aniversário com uma sessão solene, marcada pelo reconhecimento do passado, pelo reforço das parcerias locais e por um forte apelo à reforma legislativa e à sustentabilidade das IPSS no atual contexto demográfico.

Os desafios do envelhecimento populacional e o isolamento dos idosos foi tema de reflexão e, no seu discurso, Manuel Augusto de Araújo, presidente da Engenho, sublinhou a importância do trabalho em rede estabelecido desde a génese da associação com o Município de Vila Nova de Famalicão, as Juntas de Freguesia e o tecido empresarial, mas alertou para a necessidade de um “novo olhar” por parte dos poderes instituídos.

O dirigente defendeu que a Lei de Bases da Economia Social, que remonta a 2013, necessita urgentemente de ser regulamentada e adaptada à realidade atual.

“Este tempo exige um enquadramento jurídico ajustado às realidades que as instituições e as comunidades enfrentam. Há aqui grandes problemas, desde logo um que passa despercebido, que tem a ver com o envelhecimento da população e o isolamento de idosos, que são

grupos cada vez mais vulneráveis”, afirmou, lembrando: “A esperança média de vida aumentou, de facto, mas a esperança média de vida não tem tido acompanhamento de qualidade de vida. Há idosos ainda isolados, há idosos em solidão”.

Manuel Augusto de Araújo defendeu ainda a revisão das carreiras profissionais e dos salários dos trabalhadores do sector social, cujo trabalho é “altamente exigente a nível físico e emocional”.

“É importante que estes trabalhadores vejam as suas carreiras profissionais reconhecidas e os seus salários ajustados ao trabalho que fazem”, frisou.

“Está-se num tempo em que, mais do que nunca, as IPSS merecem, de uma vez por todas, por parte dos poderes instituídos, um reconhecimento tendo em conta a sua importância, no sentido de dar respostas emergentes e rápidas à população”, sustentou Manuel Augusto de Araújo, que teve ainda uma palavra para os empresários presentes, “verdadeiros parceiros do projeto da instituição”.

Como já é tradição, o aniversário da instituição serviu para agradecer e distinguir a dedicação dos trabalhadores, como foi o caso de



Maria Amélia Costa, Josefina Pinto e Natália Rodrigues distinguidas pelos seus 25 anos de serviço contínuo na Engenho.

Assumindo o objetivo de se abrir cada vez mais à cultura, à terra e à sua história, a Engenho lançou a primeira edição da iniciativa solidária «Pintar por uma Causa».

O projeto reuniu de forma generosa um

grupo de 11 artistas e pintores amadores – Amélia Pereira, David Lopes, Fernando Fernandes, Filomena Fonseca, Lurdes Rodrigues, Madalena Macedo, Maria de Brito, Maria José Pinto, Mariana Ferreira, Pierre-Michel de Keyn e Rosário Pedro – que criaram obras ao vivo ao som de momentos musicais e de poesia, declamada por Maria Simões e Filomena Fonseca.

APOIO É PARA A FINALIZAÇÃO DE OBRAS NAS INSTALAÇÕES

Autarquia de Famalicão atribui mais de 230 mil euros a cinco instituições

São mais de 230 mil euros que o Centro Social e Cultural de S. Pedro de Bairro, o Centro Social da Paróquia de Joane e de Landim, a Socialeloos - Associação Social de Fradelos e a ACIP - Ave Cooperativa de Intervenção Psico-social vão receber do município de Vila Nova de Famalicão para a conclusão das obras de construção,

remodelação e ampliação das suas instalações.

A atribuição de nova parcela de apoios às cinco IPSS famalicenses, no valor de 230 mil euros, foi aprovada em reunião do executivo camarário.

“As respostas sociais que as IPSS desenvolvem no terreno são essenciais para reforçar a rede de apoio às famílias

famalicenses”, sublinhou Mário Passos, presidente da autarquia, na ocasião, acrescentando: “Este investimento vai permitir que as instituições concluam as suas obras e modernizem as suas instalações, aumentando assim a sua capacidade de resposta ao nível da primeira infância, no apoio à população idosa e a todos os cidadãos que necessitam de cuidados especiais”.

APOIO FINANCEIRO EXTRAORDINÁRIO

Mação distribui 300 mil euros a nove IPSS

Já estão assinados os protocolos de Apoio Financeiro Extraordinário destinados às IPSS do concelho de Mação, num investimento global da autarquia de 300 mil euros.

A cerimónia de assinatura, que decorreu em Envendos, decorreu no âmbito da iniciativa de Presidência Aberta e chega a nove instituições do concelho.

O Centro de Dia Nossa Senhora do Pranto,

o Centro de Dia, Apoio e Acolhimento à 3.ª Idade de Vales, o Centro de Dia - Casa de Idosos de São José das Matas, o Centro de Proteção à 3.ª Idade da Freguesia de São Silvestre da Aboboreira, o Centro de Solidariedade Social Nossa Senhora das Dores, o Centro Social São João Batista de Carvoeiro, a Fundação Antero Gonçalves, a Santa Casa da Misericórdia de Cardigos e a Santa Casa da Misericórdia de

Mação são as instituições bafejadas pelo apoio camarário.

A distribuição das verbas foi efetuada com base em diversos critérios, como o número de utentes, o número de funcionários e as necessidades específicas de cada instituição, explicou a autarquia, para a qual o apoio extraordinário destina-se a ajudar as IPSS a fazerem face às despesas correntes e aos encargos com pessoal,

agora que se aproxima o período de férias cujo pagamento do respetivo subsídio é sempre um problema para as direções das IPSS. Recorde-se que as instituições pagam 14 meses, mas a Segurança Social só coopera em 12!

Por outro lado, foi ainda anunciado que a nutricionista do município passa a estar disponível para colaborar com as instituições, tal como os psicólogos da autarquia.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhorar a qualidade dos seus serviços e aumentar a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em outsourcing.

-  GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS
-  SERVIÇOS PLATEFORMA
-  RESTRUTURAÇÃO OPERATIVA
-  RESTRUTURAÇÃO PÚBLICA E SISTEMAS DE EVENTOS
-  RH@WORK
-  SUPORTE TÉCNICO E LOGÍSTICA
-  PRODUÇÃO ALIMENTAR
-  SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ELETRÓNICA
-  LIMPEZA
-  BENEFÍCIOS E INCENTIVOS
-  TERCEIRIZAÇÃO TEMPORÁRIA E OUTSOURCING

www.trivalor.pt
Linha de Apoio ao Cliente: 808 20 90 90

TRIVALOR SERVIÇOS, PT, SA - Lda
Rua da Liberdade, 110 - 1250-149 Lisboa
N.º de Registo: 50487 / 2014
N.º de Registo: 50487 / 2014
N.º de Registo: 50487 / 2014

CONTEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

ALFÂNDEGA DO PORTO ACOLHEU EVENTO ORGANIZADO PELA EASPD E HUMANITAS

Conferência internacional debateu como liderar a mudança nos serviços para pessoas com deficiência

A conferência internacional «Leading Change in Disability Services: Strengthening capacity for person-centred support» (Liderar a mudança nos serviços para pessoas com deficiência: reforçar a capacidade de apoio centrado na pessoa), organizada pela EASPD - European Association of Service providers for Persons with Disabilities, em colaboração com a Humanitas - Federação Portuguesa para a Deficiência Mental, reuniu na Alfândega do Porto cerca de 300 pessoas, oriundas de 31 países, cerca de uma dezena de fora da Europa.

“Foi muito interessante, porque houve uma partilha muito grande de conhecimento e de práticas e isso foi o mais interessante de tudo”, afirma Helena Albuquerque, presidente da Humanitas, acrescentando: “Foram abordados diversos temas, como a gestão de recursos humanos, a gestão financeira das instituições, a postura das instituições perante a sociedade, pois não são mais instituições assistenciais, mas, em fim de linha, são organizações de passagem para a comunidade, cujo trabalho é centrado na pessoa, com muito respeito pelas suas escolhas e opções de vida e sempre em respostas comunitárias”.

O Porto acolheu a primeira das habituais duas conferências anuais que a EASPD organiza, tendo esta sido subordinada ao tema da Liderança, abordada no sentido de “levar os nossos serviços a aperfeiçoar as suas práticas”.

“Em muita coisa, pensamos que estamos muito atrás em relação às práticas europeias, mas não, estamos quase na vanguarda da assistência europeia à pessoa com deficiência”, sustenta Helena Albuquerque, enumerando as diversas temáticas abordadas em conferência ou nos diversos workshops: “Estudámos como melhorar a nossa prestação financeira ou como criar instituições sustentáveis, abordámos a questão dos recursos humanos, ou seja, como podemos formar instituições

que sejam boas tanto para os cuidadores como para os cuidados. Refletimos sobre como fazer a avaliação do impacto na gestão, pois é muito importante medir o impacto social da instituição ou ainda como combater a escassez de profissionais”.

Sobre se os problemas que as instituições portuguesas da área da deficiência são semelhantes aos das suas congéneres europeias, a presidente da Humanitas considera que sim, mas com uma variante essencial: “Há uma diferença muito grande e prende-se com o financiamento. O que se passa em Portugal não se compara com o que se passa na grande maioria das instituições de outros países, aqui estamos muito mais abaixo em termos de financiamento”.

Lá fora não há tanta dependência dos apoios estatais, “porque como têm maior financiamento conseguem atrair outras parcerias que as nossas não conseguem”.

Para além de uma maior diversificação das fontes de financiamento, “há muito países onde o voluntariado é a força motriz das organizações, enquanto que as nossas instituições ainda têm muita dificuldade em atrair voluntários”, argumenta, exemplificando: “Há instituições, nomeadamente em Itália, que vivem exclusivamente do voluntariado. A comunidade assume a área deficiência como uma coisa sua, enquanto que em Portugal a área da deficiência ainda é uma área de poucos”.

Um aspeto que Helena Albuquerque ressalva como muito importante na conferência “foi a chamada de atenção para que as organizações mudem um pouco o paradigma do apoio, ou seja, o principal objetivo não ser só cuidar, mas também empoderar as pessoas apoiadas de forma a que possam viver nas suas comunidades de forma digna e baseada nos Direitos Humanos, uma perceção é muito importante”.

Em resumo, “não apostar tanto a institucionalização, mas trabalhar



para haver, cada vez mais, respostas comunitárias”.

Dos 300 participantes na conferência, 75 eram portugueses.

“Não é muito, esperava uma mobilização maior das instituições

portuguesas, mas ainda assim estiveram diversas instituições nacionais presentes”.

Para Helena Albuquerque, a realização da conferência da EASPD em Portugal, nos dias 14 e

15 de maio, foi a cereja em cima do bolo, depois de, na semana anterior, ter sido celebrado o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual (10 de maio), com mais de 200 iniciativas por todo o país.

Crónica

Henrique Rodrigues
Presidente do Centro Social de Ermesinde



Prestação (ou Pensão) Social Única

1 – Está na ordem do dia a unificação de vários apoios sociais de natureza pecuniária não-contributiva numa única prestação, a que vem sendo chamada Prestação Social Única.

O Governo enviou a sua proposta para o Parlamento, com pedido de decisão urgente por parte dos deputados, para cumprir o prazo estipulado no PRR.

Com efeito, trata-se de uma medida que foi acordada com a União Europeia, no âmbito do PRR – Recuperar Portugal, em que a UE propunha a simplificação do sistema de apoios sociais de natureza não-contributiva – isto é, que não são dependentes do pagamento da TSU –, e que abrange 27 prestações sociais.

O maior volume, quer de despesa, quer do número de beneficiários, decorrente desse largo espectro de apoios corresponde a três subsídios: o RSI, o subsídio social de desemprego e a pensão social de velhice representam, segundo o Expresso, 97% do número de beneficiários e do valor da soma de todos os apoios.

Repete-se: trata-se de subsídio de natureza não-contributiva, isto é, a sua concessão não depende do pagamento de contribuições sobre os salários, vulgo TSU, constituindo encargo do Orçamento do Estado.

O Expresso desta semana oscila entre designar a medida como Prestação Social Única ou como Pensão Social Única – o que não é coisa de somenos, como veremos.

Afigura-se que a designação aparentemente proposta, “Prestação Social Única”, é adequada às características da medida:

- é uma prestação pecuniária;
- constitui uma medida social, com o objectivo de assegurar a cada

qual um mínimo de condições de subsistência e, nessa medida, constitui um instrumento de combate à pobreza;

- é única, na perspectiva de que a mesma resulta da unificação e é o somatório de 13 medidas avulsas de apoio aos mais vulneráveis.

(Distingue-se do chamado Rendimento Básico Universal, entre nós proposto pelo Livre, por este ser universal, isto é, por ser devido a todos os cidadãos, independentemente da sua condição de recursos.)

2 - Trata-se de uma medida que foi inscrita ainda durante o Governo de António Costa no Plano de Recuperação e Resiliência, que o actual Governo herdou e que pretende cumprir.

Talvez por partilhar o elenco das medidas propostas para o Programa de dois Governos de composição oposta – do PS e da AD –, quer um, quer outro dos dois principais partidos de poder no nosso país se reconhecem na bondade teórica da proposta do Governo: este, naturalmente, por ser o autor da proposta; e aquele, por ser o autor da ideia.

Aliás, o PS, nas declarações que foi fazendo sobre a proposta do Governo, não deixou de salientar a sua concordância com o modelo da PSU, deixando a sua discordância circunscrita à circunstância de o Governo se preparar para remeter para uma portaria a definição dos valores e das condições de atribuição da prestação – assim retirando do escrutínio do Parlamento a possibilidade de avaliar a justeza da aplicação concreta da PSU.

Entende o PS que se corre o risco de o Governo aproveitar o poder

regulamentar que para si reserva – através de portaria – para descaracterizar o sentido da medida, pensada para maior eficácia no combate à pobreza e que serviria de meio para, através da referida regulamentação, o Governo acabar por pagar menos por uma só medida nova do que tem pagado pelo conjunto das 13 medidas actuais.

Seria uma cedência do Governo ao Chega, adversário de subsídios a quem não tem trabalho, em desfavor do entendimento parlamentar entre a AD e o PS, que, sobre o fundo da questão, aparentam pensar o mesmo.

(No sentido da convergência substancial dos vários lados do espectro político sobre as virtualidades da ideia da integração das 13 medidas, pode ler-se no “Público” do sábado, 6 de Junho, uma entrevista com a Bastonária da Ordem dos Assistentes Sociais, a Professora Fernanda Rodrigues – uma autoridade nas políticas de luta contra a pobreza –, onde a mesma refere, a dado passo, sobre a PSU, que, “provavelmente a junção de um conjunto de coisas para torná-las mais simples, mais claras, é uma boa medida”.)

A Senhora Bastonária apenas mantém reservas quanto à hipótese de os apoios da PSU terem como contrapartida a prestação de trabalho não remunerado – matéria em que se antevê que possa ocorrer, ou a fractura com o Chega, e o aval do PS; ou o sim ao Chega, e o rompimento do bloco central.)

3 – Saúda-se a eliminação da qualificação como “pensão” de vários dos subsídios a integrar a nova prestação.

Na verdade, no entendimento geral, a palavra “pensão” corresponde à pensão estatutária: pensão de velhice e de invalidez, do Regime Geral da Segurança Social; pensão de aposentação, da Caixa Geral de Aposentações, no caso dos funcionários públicos.

Todas estas radicam no chamado “regime contributivo”, quer dizer, as pensões pagas não o são por qualquer mercê do Governo de turno, antes correspondem a uma obrigação que o Governo assume, por receber as contribuições sobre os salários, pagas por patrões e trabalhadores ao longo de toda a carreira profissional destes.

Trata-se de um direito, proveniente de um contrato de subscrição obrigatória, de formação continuada, que se vence ao chegar o trabalhador à idade da reforma, segundo a lei em vigor nessa ocasião.

O trabalho cumpre, descontando durante a vida activa; o Estado cumpre, pagando a pensão, desde o momento da cessação da prestação laboral.

Essas pensões não estão dependentes do Orçamento.

(O Tribunal Constitucional explicou isso muito bem, no tempo da troika e de Passos Coelho, a propósito da ofensiva contra as pensões

estatutárias e da violação do princípio da confiança.)

Já o mesmo não sucede com a nova prestação social única, de regime não-contributivo, que é de consistência orçamental, isto é, as suas condições e âmbito dependem de prévia estipulação orçamental, podendo ser modificadas pelo Parlamento ou pelo Executivo.

Não configuram um direito sinalagmático.

São como a tença que D. Sebastião concedeu a Luís de Camões, “tão pobre que comia de amigos” – não um direito, mas uma mercê.

Esta distinção entre regime contributivo e regime não-contributivo, e a maior densidade de protecção jurídica daquele, recomenda que o montante mínimo das prestações de reforma ou de aposentação seja superior ao montante mínimo da PSU.

Só assim é possível – e justo – convencer os trabalhadores de hoje a pagarem as suas contribuições para o sistema de protecção social, por forma a garantir as prestações de reforma e de aposentação dos reformados de hoje.

Sabendo que, quando chegar a sua vez de terminar a carreira profissional, os trabalhadores de então replicarão, na sua vez, o mesmo compromisso para com os novos reformados.

É a chamada “solidariedade intergeracional”.






**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 
Municípios Representados

4.800.000 
€ Anual

100% 
Distribuição Nacional,
a nível Internacional e Agendas
e representação para a nível
AGOs, Comércio e Indústria.

19 
Municípios Parceiros

120.000 
Toneladas/Ano
de Alimentos de alta
qualidade

+24.000 
Fabricações alimentares
e não alimentares

5.800 
Frota de Veículos

175 M €
Choverada

8 
Plantas de Produção
Lisboa, Ponta Delgada,
Coimbra, Alentejo, Açores,
São Miguel e Terceira e
Madeira



LISBOA: 214 201 888
ALGARVE: 301 404 001
PORTO: 224 646 000

COVILHÃ: 215 000 400
VISEU: 333 430 419
HABEIRA: 213 420 000 / 213 110 000

SÃO MIGUEL: 294 888 900
TERCEIRA: 213 010 948
www.sogemave.pt



certificação de qualidade
de conformidade
com a norma
ISO 9001

TRIVALOR
VALOR 3

PADRE LINO MAIA EM DECLARAÇÕES À RÁDIO RENASCENÇA

CNIS com muitas reservas quanto à Prestação Social Única

O presidente da CNIS colocou muitas “reservas” à aprovação da Prestação Social Única e à introdução do cumprimento de trabalho social como condição de acesso. “O trabalho não pode ser encarado como uma penalização”, sustentou o líder da CNIS, acrescentando: “Claro que é importante que todos possam exercer uma atividade, mas há pessoas que não têm condições”, defendeu o padre Lino Maia, em declarações à Renascença.

O padre Lino Maia advertiu ainda que se a CNIS vier a ser contactada pelo Governo para receber beneficiários da Prestação Social Única para realizar trabalho social, colocará as devidas reservas à ideia: “Aquilo que direi, se formos abordados nesse sentido, é que é preciso alguma moderação, alguma sensatez na implementação desta medida. Não pode ser assim: quero, posso e mando... e agora tem que ser assim”.

“Estamos a falar de pessoas, toda a pessoa é filha de Deus, tem de ser respeitada, não pode ser tratada como um perigo, como um ónus na sociedade, mas como filha de Deus, com dignidade e com respeito”,

defendeu, acrescentando: “Não podemos obrigar ou coagir a um trabalho pessoas para o qual até podem não estar preparadas, porque em qualquer atividade laboral é necessária a formação, é necessário o compromisso, é necessária também a remuneração e é necessário também que a pessoa sinta que está a contribuir para o bem comum”.

O presidente da CNIS lembrou ainda que, sem prestações sociais, Portugal teria cerca de 40 por cento de pessoas no limiar da pobreza, adiantando que a Prestação Social Única “pode afastar algumas pessoas” do acesso a este tipo de apoio.

“Esta agregação de todas as prestações sociais numa só, merece alguma preocupação, porque pode ser uma forma concreta de afastar algumas pessoas da prestação social. De qualquer tipo de prestação social”, referiu, chamando a atenção para o possível aumento da pequena criminalidade caso alguns deixem de ter acesso a apoio financeiro.

“Sabemos que, por exemplo, quando foi criado na altura o Rendimento Mínimo Garantido, agora RSI, diminuiu a pequena

criminalidade porque mais pessoas tiveram acesso a uma prestação, a um rendimento para viver”, recordou o presidente da CNIS.

Em relação à greve geral do dia 3 de junho, o presidente da CNIS considera que existem motivos de preocupação face às propostas de alteração à legislação laboral. “Compreendo que a CGTP tenha decretado uma greve geral porque há, de facto, preocupações em relação à legislação laboral que está em discussão”, defendeu o padre Lino Maia, na RR.

Apontando, pelo menos, “três aspetos que merecem muita reserva” – o banco de horas, o outsourcing e a não reintegração de trabalhadores despedidos sem justa causa –, o presidente da CNIS pediu respeito pelos trabalhadores e disse que “tudo o que faça perigar a estabilidade dos trabalhadores” é preocupante.

“Os trabalhadores são importantíssimos. Eu costumo dizer que são a solução, não são o problema. E, portanto, têm de ser respeitados”, sublinhou.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ADMINISTRADORES HOSPITALARES

Número de internamentos sociais continuam a aumentar

O número de internamentos indevidos nos hospitais agravou-se desde março, anunciou a Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH), que pediu respostas urgentes no terreno e um reforço das equipas de cuidados domiciliários.

“Nos últimos dois meses, a situação dos internamentos inadequados agravou-se e as 2.800 camas ocupadas indevidamente que estimávamos em março é já bastante superior. E isto não é normal, pois normalmente tínhamos uma redução no verão, o que não está a acontecer”, disse Xavier Barreto, presidente da APAH, que falava durante uma audição na comissão parlamentar de saúde.

O último Barómetro dos Internamentos Sociais da APAH, divulgado em março, contabilizava 2.807 (+19%) pessoas internadas nos hospitais apesar de terem alta clínica, uma situação cujo custo para o Estado ultrapassava os 350 milhões de euros.

Na audição, a pedido do PS, Xavier Barreto disse que este valor está subestimado, pois apenas contabiliza os custos diretos e baseia-se numa tabela de valores desatualizada: “O custo real será bastante superior”.

Tendo em conta o evoluir da situação, Xavier Barreto aludiu à urgência de respostas no terreno, sobretudo no domicílio, com reforço das equipas de cuidados continuados domiciliários. O responsável defendeu uma alteração no modelo de prestação destes cuidados, que deveria migrar mais para o domicílio e para mais cuidadores

informais.

“Estes passos devem ser sustentados com mais investimento e mais recursos. Só com o que temos não vamos lá”, afirmou.

Xavier Barreto defendeu ainda que o modelo de resposta para estes casos deve avançar para parcerias com o poder autárquico, acrescentando: “talvez assim a resposta fosse mais rápida. (...) Os presidentes das juntas de freguesia sabem quem são as pessoas [e o que precisam]”.

Admitiu que uma coordenação por uma única entidade poderia ajudar e lembrou que, neste momento, é a Saúde a resolver um problema que não é estritamente da área: “os hospitais são válvula de escape para um sistema que está disfuncional e falha pela Segurança Social. O problema é mais da Segurança Social (...), mas a solução é mais da Saúde”.

Nas últimas décadas - afirmou -, “viemos de um modelo muito latino, em que existia uma grande solidariedade entre gerações (...), uns cuidavam dos outros e as famílias eram muito grandes, viviam três gerações na mesma casa. Isso acabou”.

Xavier Barreto recusa que haja um problema de abandono dos idosos, falando antes de famílias que não têm resposta pois acabam confrontadas com a possibilidade de terem de se despedir e ir para casa cuidar dos pais por não poderem pagar o lar.

“Somos confrontados com casos de pessoas que não têm alternativa, na maior parte dos casos. Recuso-me a aceitar que tenhamos abandono sistemático de pessoas nos hospitais. Não temos. Temos muitos casos de pessoas que não conseguem pagar um lar”, disse o responsável, sublinhando a necessidade de rever a situação dos cuidadores informais.

Disse que a estimativa apontava para 200.000 cuidadores informais no país, 20.000 dos quais com estatuto reconhecido, mas apenas cerca de 8.000 têm apoio, que, no máximo, é de 590 euros. “Mas alguém consegue deixar de trabalhar, pagar contas e cuidar dos pais com um apoio de 500 euros?”, questionou.

Defendendo uma reformulação do modelo de resposta com maior aposta nas equipas de cuidados domiciliários, assim como a generalização dos incentivos para estas equipas, Xavier Barreto lembrou que, ainda assim, “ficaria muito mais barato” do que ter estas pessoas internadas indevidamente nos hospitais.

Insistiu na necessidade de um modelo de resposta mais centrado no domicílio, lembrando que, em Portugal, as estimativas apontam para apenas 2% dos idosos com mais de 65 anos a receber cuidados de longa duração (12% na OCDE). Destes, 34% recebe apoio no domicílio, um valor bastante inferior aos 72% da OCDE ou os 83% de Espanha.

ADENDA AO ACORDO BASE PARA 2026 NOS AÇORES

Atualização de 2,4% dos valores dos contratos de cooperação

O Governo dos Açores assinou uma adenda ao Acordo Base para 2026 com IPSS, que prevê uma atualização em 2,4% dos valores padrão dos contratos de cooperação.

Segundo um comunicado do executivo regional de coligação, a assinatura decorreu durante uma reunião da secretária regional da Saúde e Segurança Social, Mónica Seidi, com dirigentes da União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores e da União Regional das Misericórdias dos Açores.

A adenda produz efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2026, “assegurando que a atualização de 2,4% seja aplicada desde o início do ano”, lê-se.

“Esta atualização dos valores dos contratos de cooperação representa um reforço do apoio às instituições que diariamente prestam um serviço de enorme relevância social. O Governo dos Açores continua empenhado em garantir condições que permitam a estas entidades prosseguir a sua missão de apoio às famílias, às crianças, aos idosos e às pessoas mais vulneráveis”, afirmou a governante citada na nota.

Mónica Seidi destacou ainda que a atualização de 2,4% agora acordada “se situa ligeiramente acima da taxa de inflação considerada no âmbito do Código de Ação Social dos Açores, traduzindo-se num reforço imediato do financiamento às instituições

do setor social”.

De acordo com o Governo dos Açores, a atualização abrange um conjunto alargado de respostas sociais nas áreas da infância e juventude, apoio a pessoas idosas, deficiência, inclusão social, apoio às famílias e combate à exclusão social, “reforçando a capacidade de resposta das entidades parceiras da região”.

Para Mónica Seidi, o acordo constitui “mais uma demonstração do compromisso do Governo dos Açores com as instituições, reconhecendo o papel fundamental que desempenham junto das populações e contribuindo para a sustentabilidade das respostas sociais existentes na região”.

FICHA TÉCNICA



Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

Propriedade:

CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade)
- Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253

Telefone: 22 606 86 14

Fax: 22 600 17 74

e-mail:
jornal.solidariedade@gmail.com

Sede de Redação e de Editor: Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto

Diretor: Padre Lino Maia

Diretor-Adjunto:

Padre José Baptista

Editor: V.M. Pinto

Redação: Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira

Colaboradores: Eugénio Fonseca, Henrique Rodrigues, José Figueiredo e Paulo Pedroso

Estatuto Editorial:

<http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446>

Impressão:

Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Vila Nova de Gaia

Tiragem: 5.000 exemplares

Depósito Legal n.º 11753/86, ICS-111333

População portuguesa perde 10 por cento das crianças em 30 anos

As crianças representam apenas 15,5% da população portuguesa, mas continuam mais expostas à pobreza e aos maus-tratos, segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) por ocasião do Dia Mundial da Criança.

A proporção de crianças e jovens até aos 17 anos na população residente em Portugal caiu de 25,2% em 1990 para 15,5% em 2024, o que representa menos 841 mil crianças em pouco mais de três décadas, segundo o retrato estatístico divulgado pelo INE.

A diminuição resulta da quebra da natalidade e do envelhecimento da população. Em 2024, a taxa de fecundidade situava-se em 37,9 nados-vivos por mil mulheres em idade fértil, abaixo dos 46,5 registados em 1990, enquanto a idade média das mulheres ao nascimento do primeiro filho subiu de 24,9 para 30,3 anos.

Apesar dos progressos registados em várias áreas, as crianças continuam a apresentar indicadores sociais mais desfavoráveis do que a população em geral.

Em 2024, a taxa de risco de pobreza entre menores de 18 anos foi de 17,6%, acima dos 16,6% observados para o conjunto da população. A situação é particularmente grave nas famílias monoparentais, onde a pobreza atingia 35,1% das pessoas, e nas famílias numerosas, com três ou mais filhos, onde afetava 26,7%.

Os dados mostram ainda que 11,3% das crianças até aos 15 anos viviam em situação de privação material e social, enquanto um quinto não tinha condições para usufruir de pelo menos uma semana de férias por ano fora de casa. Cerca de 10% não participavam regularmente em atividades extracurriculares ou de lazer por falta de recursos.

As dificuldades habitacionais também são mais frequentes entre famílias com crianças. Em 2025, 20,8% viviam em casas com insuficiência de espaço e 10,2% encontravam-se em situação de privação habitacional severa, valores cerca de quatro vezes superiores aos registados entre agregados sem crianças.

O retrato do INE destaca igualmente os problemas relacionados com a violência contra menores. Em 2025 foram registados 3.307 crimes contra menores, o número mais elevado desde 2014. Os casos de violência doméstica representaram 33,9% das participações e os crimes de abuso sexual 28,6%.

Os dados revelam ainda que, em 2022, 18,6% dos adultos entre os 18 e os 74 anos afirmaram ter sofrido algum tipo de violência durante a infância. Mais de 1,3 milhões de pessoas relataram abusos emocionais ou físicos por parte dos progenitores e cerca de 177 mil disseram ter sido

vítimas de abuso sexual quando eram crianças.

Segundo o INE, apenas 29,4% das vítimas de violência sexual na infância reportaram os factos a alguém ou a alguma entidade.

Na área da saúde, os indicadores mostram uma elevada cobertura vacinal. Em 2024, 95,7% das crianças com seis anos tinham cumprido o plano de vacinação contra sarampo, papeira e rubéola e quase 99% das crianças com um ano estavam vacinadas contra a hepatite B.

Ainda assim, 3,6% das crianças não conseguiram satisfazer necessidades de consulta ou tratamento dentário e 4,5% apresentavam limitações em atividades habituais devido a problemas de saúde prolongados.

Quanto aos cuidados formais de acompanhamento, em 2025 estes abrangiam 57,6% das crianças até aos três anos e 43,8% das que tinham quatro ou mais anos. Entre as crianças em risco de pobreza, apenas um terço beneficiava destes

cuidados.

Na educação, o número de alunos matriculados no ensino não superior diminuiu 19,5% desde 1990/1991, acompanhando a evolução demográfica. Em contrapartida, a taxa bruta de crianças no ensino pré-escolar duplicou, passando de 50,7% para 100,6%.

A retenção escolar caiu significativamente nas últimas três décadas, mas os resultados do estudo internacional PISA mostram uma redução das competências dos alunos de 15 anos. Em 2022, 76,8% apresentavam níveis mínimos de proficiência na leitura e 70,2% em matemática, abaixo dos valores registados dez anos antes.

No domínio da proteção social, o número de beneficiários de bonificação por deficiência mais do que duplicou desde 1990, ultrapassando os 78 mil em 2024, enquanto os beneficiários do subsídio de educação especial triplicaram para mais de 22 mil.

Lavandarias Profissionais IPSS



Miele

milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MALA TELM 917571305
info@milplus.pt - www.milplus.pt

Parceiro Oficial
Miele